

Os temores dos EUA

*O poder da China aumenta rapidamente**

43

BONNIE S. GLASER

Nas relações entre EUA e China cresce a desconfiança mútua. Os EUA duvidam que a China vá perseguir suas ambições em relação a Taiwan por meios não-militares apenas, quando sua influência na política mundial estiver maior. Já Pequim teme que os EUA possam querer tentar bloquear a ascensão da China. Numa situação deste tipo, é mais do que preciso adotar medidas que possam estimular a confiança mútua. Uma nova “guerra fria” não seria vantajosa para ninguém.

No primeiro governo do presidente George W. Bush nos EUA, seu secretário de Estado da época, Collin Powell, referiu-se às relações sino-americanas como sendo as melhores em mais de 30 anos. Mas menos de um ano após o início do segundo mandato de Bush, as relações entre EUA e China estão na mira do fogo cruzado dos críticos nos EUA. O Congresso e os grupos lobistas americanos acusam a China de ameaçar os empregos de seu país e de estar manipulando sua moeda a fim de favorecer o aumento das exportações, o que gera um enorme superávit na balança comercial em relação aos EUA. O Pentágono, em seu relatório anual acusa a China de estar desenvolvendo um potencial militar que poderá se tornar uma ameaça para Taiwan, e também de estar reequipando seu arsenal de foguetes, mísseis, submarinos e aviões-caça sofisticados, o que representa um grande perigo potencial para os vizinhos da China e das tropas americanas estacionadas na região. A cooperação entre Washington e Pequim no combate ao terrorismo parece estar ficando mais frágil devido ao apoio da China a uma declaração da *Shan-*

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p. 31-35, dez. 2005.

gai Cooperation Organization (SCO), que reivindica o estabelecimento de um cronograma para a retirada das tropas estrangeiras de suas bases de apoio na Ásia Central. Terão as relações entre EUA e China mudado tanto em tão curto espaço de tempo?

A resposta curta e breve deveria ser não. Mas ainda assim, as dificuldades do relacionamento entre a China e os EUA estão aumentando, e a desconfiança também. Além disso, o estado de ânimo em Washington mudou. A renovada preocupação americana com a China – que começou a se manifestar ligeiramente em 2001, antes de ser substituída, após o 11 de setembro, pelas exigências do combate ao terrorismo – não deveria surpreender ninguém. Ainda que a luta anti-terrorista continue sendo a prioridade, não mais concentra todas as forças, de maneira que outros temas voltam a ser discutidos. Parlamentares republicanos que preferiam evitar um confronto com o presidente em seu primeiro mandato, agora criticam não somente sua demora na prestação de ajuda às vítimas do furacão Katrina, sua opção pela permanência por prazo ilimitado das tropas americanas no Iraque e os excessivos gastos do governo, como também sua atitude em relação à China.

Evidentemente a China foi transformada em bode expiatório das dificuldades econômicas dos EUA. Mas mesmo uma significativa valorização da moeda chinesa, reivindicação de alguns parlamentares e do governo Bush, não acarretaria uma drástica redução do déficit comercial dos EUA em relação à China. Tampouco teria maiores efeitos sobre os empregos americanos, conforme declaração do presidente do Banco Central americano, Alan Greenspan. Ainda assim, o déficit da balança comercial bilateral que já alcançou os 200 bilhões de dólares, não pode ser facilmente explicado aos círculos políticos. Muitos americanos temem que a China alcance um desenvolvimento tecnológico tão significativo que a coloque no topo da cadeia de agregação de valor da concorrência comercial. A falta de avanço na questão dos direitos de propriedade intelectual acrescenta lenha à fogueira. Também é preocupante a pressão exercida pela China no âmbito internacional, na tentativa de garantir para si exclusividade no acesso a novas fontes de energia, sobretudo porque muitos de seus parceiros comerciais são países contra os quais vigoram sanções por parte de Washington, motivadas por práticas duvidosas.

I. DESEQUILÍBRIO DE PODER

A modernização do aparato militar chinês processou-se muito rapidamente depois da segunda metade dos anos noventa, quando foram registrados

grandes avanços. Até então, o Exército de Libertação do Povo concentrara-se em prevenir a independência de Taiwan, sem, contudo, ameaçar os países vizinhos ou demonstrar quaisquer ambições de poder em relação a outros países mais distantes. Entretanto, o equilíbrio de poder militar entre China e Taiwan está se deslocando a favor da China, fazendo com que do lado americano aumente o temor de fazer uma avaliação errônea da situação, o que poderia levar a um recrudescimento da situação e um conflito maior entre os EUA e a China. A situação ainda é mais agravada pelo fato de Taiwan ter reduzido seus gastos militares nos últimos dez anos, diminuindo assim sua capacidade de se defender temporariamente de uma agressão chinesa, até o momento em que os EUA possam intervir.

Além destas preocupações, existe nos EUA certo grau de incerteza sobre as intenções chinesas a longo prazo. Apesar das garantias de Pequim, de estarem empenhados em uma ascensão pacífica, os EUA continuam desconfiados. O relatório do Pentágono sobre a força militar da China publicado em 2005 vê o país numa “encruzilhada estratégica” e acrescenta que ainda está em aberto “quais seriam as decisões fundamentais a serem tomadas pelo governo chinês em face de seu crescente poder e influência, sobretudo na área militar”. Em um discurso proferido em setembro, o vice-secretário de Estado americano, Robert Zoellick, referiu-se à atitude americana em relação à China com as seguintes palavras: “A incerteza de como a China usará o seu poder faz com que os EUA e outros países tenham extremo cuidado em suas relações com esse país. Muitos países nutrem a esperança de uma ‘ascensão pacífica’ da China, mas ninguém quer apostar seu futuro nesta questão.” Entre os motivos das preocupações de Washington, estão a atitude de Pequim em relação à presença militar americana em países vizinhos da China e o papel desempenhado pelos EUA nas questões regionais do Leste Asiático. O governo chinês reitera ver com bons olhos a participação ativa dos EUA nas relações multilaterais da região e afirma condenar apenas por princípio, mas não na prática, o envio de tropas americanas para além-mar. A política de fato da China nos mostra que isto não é verdade. A China não apenas concorda com o estabelecimento de um prazo para a retirada das tropas americanas estacionadas na Ásia Central – daquelas bases de apoio consideradas indispensáveis para a reconstrução do Afeganistão na visão de Washington – como também apóia a realização de uma reunião de cúpula entre 13 países do Leste asiático prevista para ser realizada na Malásia em dezembro, da qual os EUA não participariam.

Além disso, em Washington existe a suspeita de que a China, depois de fechar o acordo de energia com países que o governo Bush classifica como ini-

migos ou não simpatizantes, esteja pretendendo, a curto prazo, deslocar o equilíbrio com os EUA a seu favor, criando a base para uma potencial aliança anti-americana. Pequim está bem menos insatisfeita do que Washington com o relacionamento sino-americano. O governo chinês concentra-se em tocar o desenvolvimento econômico do país e amortecer as tensões sociais que surgem com o rápido e desigual crescimento. A 5ª Plenária do 16º Comitê Central do Partido Comunista da China realizada em outubro reforçou a conclamação do presidente chinês Hu Jintao de se criar uma “sociedade harmônica”. De forma geral a China considera as relações com os EUA construtivas, estáveis e de cooperação. Mas, naturalmente, também há razões para reclamar: por exemplo, os EUA mantêm as restrições no fornecimento de alta tecnologia à China e não estão dispostos a reconhecer a China como economia de mercado. Além disso, o governo Bush protestou veementemente contra o afrouxamento do embargo militar da UE contra a China. Em questões decisivas de segurança, por outro lado, os chineses, pelo menos até o momento, estão razoavelmente de acordo com a política americana. O governo de Bush pai se opusera publicamente à pretensão de Taiwan de tornar-se um Estado soberano e independente, advertindo o presidente taiwanês a se abster de tentar mudar a situação por conta própria. Cedendo a pressões de Pequim, Washington ateve-se a meios diplomáticos em seu esforço de eliminar as armas atômicas da Coreia do Sul. Os entendimentos entre EUA e China acontecem em diversos níveis e envolvem uma grande variedade de temas; é comum funcionários de alto escalão e ministros de Estado se falarem por telefone.

2. DIÁLOGO ESTRATÉGICO

Por iniciativa de Pequim, funcionários graduados dos governos chinês e americano deram início a uma série de conversações em torno de assuntos estratégicos que deverão durar um semestre. O vice-secretário de Estado dos EUA, Robert Zoellick, e seu colega chinês, Dai Bingguo, aproveitam este diálogo para uma troca aberta sobre os interesses de seus respectivos países. As conversações deverão desfazer mal-entendidos, afastar divergências, encontrar interesses comuns e definir áreas de cooperação. Outros detalhes da política americana e chinesa, tais como as perspectivas para outras regiões, como a América Latina e África, e outros temas, tais como medidas de combate ao terrorismo e a não-proliferação de armas atômicas serão discutidos em nível mais baixo. O intercâmbio no setor militar ficou atrás das relações políticas, mas será aos poucos incrementado após a visita do ministro de Defesa ameri-

cano, Donald Rumsfeld, sua primeira visita oficial após a posse. O tema das conversas é uma conexão telefônica constante entre os Ministérios da Defesa, que possibilitará um intercâmbio permanente entre as autoridades militares em momentos de crise.

Em meados de novembro o presidente Bush visitou a China, após ter participado do Fórum da APEC (*Asia Pacific Economic Cooperation*) na cidade de Pusan, Coréia do Sul. Está prevista uma visita do presidente Hu Jintao aos EUA para o primeiro semestre de 2006, a qual já deveria ter ocorrido, mas fora adiada devido ao furacão Katrina.

As maiores preocupações da China quanto à política americana em relação a seu país referem-se ao futuro depois de Bush. Funcionários e cientistas da China questionam se, daqui a algumas décadas, os EUA apoiarão a elevação da China à categoria de superpotência, sobretudo se este avanço continuar sendo realizado na base de um sistema unipartidário, que, na verdade, não precisa prestar contas aos cidadãos. Temem, mais do que atualmente, que os EUA pressionarão por uma mudança do sistema e tentarão bloquear ou deter o desenvolvimento chinês, a fim de garantir a hegemonia americana. Caso os EUA tenham êxito na sua tentativa de exportar democracia ao Oriente Médio, teme-se na China que a consequência seria o aumento da pressão dos EUA para que a China permita maiores liberdades políticas e que até consiga minar a legitimidade do Partido Comunista.

Outro motivo de preocupação é a posição dos EUA em relação a Taiwan. A maioria dos chineses acredita que a falta de apoio de Washington às pretensões de independência de Taiwan seja apenas uma questão de falta de prioridade no momento, uma vez que o combate ao terrorismo e a estabilização do Iraque têm maior importância. Há convicção de que os EUA jamais permitiriam a reintegração de Taiwan, e o temor de que, em uma nova conjuntura internacional, Washington veria com mais simpatia os anseios de Taipei por uma independência oficial e com garantias legais.

A curto prazo, provavelmente, as relações sino-americanas conseguirão se sustentar em um nível mais equilibrado. A China precisa, antes de mais nada, de um panorama internacional de paz para dar continuidade a seu crescimento econômico. Evitar qualquer confronto sério com a única superpotência existente é essencial à própria sobrevivência. Divergências abertas entre os EUA e a China teriam um alto preço para a população de ambos os países. O bem-estar global estaria ameaçado e, com uma nova guerra fria, os países da Europa e Ásia estariam na desconfortável situação de precisar tomar partido de um ou outro lado.

3. A BUSCA POR INTERESSES COMUNS

Muito embora ainda seja cedo para considerar inevitável uma confrontação estratégica, os riscos reais devem ser claramente identificados a fim de adotar as medidas necessárias que possam prevenir uma ameaça à segurança mundial. Para evitar uma catástrofe estratégica, Washington e Pequim deveriam empenhar-se agora em expandir sua confiança mútua. A possibilidade de exercer influência também existe quando as pretensões estratégicas do outro lado ainda não podem ser avaliadas com exatidão e a tática ainda não estiver clara. Entendimentos pessoais entre políticos destacados são oportunidades únicas de expressar suas preocupações e expectativas no tocante às relações bilaterais. Reuniões de cúpula oferecem a ambas as partes a oportunidade de garantir uns aos outros as posições estratégicas em questões decisivas. Os políticos americanos e chineses poderiam dedicar-se a um comércio estratégico: o presidente Hu Jintao poderia prometer que a China não expulsará as tropas americanas ou tentará reprimir a influência americana na Ásia, desde que os EUA não ameacem os interesses essenciais da China. O presidente Bush, por outro lado, poderia prometer apoio a uma China mais influente e poderosa, desde que a política chinesa não tente minar os interesses americanos fundamentais.

O diálogo semestral em alto escalão envolvendo questões estratégicas cria um fórum não apenas para a discussão aberta e sincera das divergências, mas também daqueles temas de interesse comum aos dois países. Muita atenção deve ser dedicada àquelas áreas que possibilitem a cooperação ou onde uma cooperação já existente possa ser ampliada. O êxito da cooperação em questões decisivas de segurança faz lembrar a políticos, governos e sociedade o valor das relações bilaterais, equilibrando o efeito negativo de outras áreas problemáticas. Entre as áreas de convergência de interesses de chineses e americanos que ainda não foram objeto de maiores entendimentos podemos citar: medidas de combate ao terrorismo no mar, estabilidade no Oriente Médio, segurança em suprimento de energia e questões globais de saúde.

A ascensão da China, tida por muito tempo como possibilidade futura apenas, é uma realidade aqui e agora, ainda que o país enfrente diversos problemas internos. Apesar de alguns aspectos da ascensão chinesa sem dúvida serem preocupantes, os EUA e o resto do mundo estão interessados em saber se a China irá conseguir tirar da pobreza boa parte dos seus 1,3 bilhões de habitantes. Caso o país fracasse com suas reformas preparatórias da economia de mercado e a globalização de sua economia, as conseqüências se fariam sen-

tir em escala mundial. É, portanto, do interesse dos EUA apoiar ativamente a ascensão chinesa e fazer valer sua influência de forma que as normas internacionais existentes e os acordos de segurança sejam fortalecidos e os interesses americanos aproveitados ou pelo menos não prejudicados.

Se a China julgar conveniente manter o ambiente internacional, por considerá-lo adequado à expansão de seu poder nacional, deve evitar prejudicar os interesses centrais dos outros países. Além disso, Pequim deverá estruturar sua política externa e seus planos militares de forma mais transparente, e lidar mais abertamente com suas expectativas referentes ao futuro cenário estratégico e ao papel desempenhado na Ásia pelos EUA e por ela própria. Apenas a pura retórica de uma “ascensão pacífica” sem pretensões de hegemonia não mais é suficiente para acalmar as outras nações. Palavras devem ser seguidas por ações, conforme diz um ditado chinês.

BONNIE S. GLASER é associada-sênior do *Center for Strategic and International Studies* (CSIS) em Washington (D.C.). Publicou diversos trabalhos sobre as relações sino-americanas, entre outros, no *China Quarterly*, *New York Times* e *International Herald Tribune*.